

A EDUCAÇÃO SEM A CRUZ: A RESISTÊNCIA MAÇÔNICA A REORGANIZAÇÃO CATÓLICA NO RIO GRANDE DO SUL

ELISANGELA STEFANELLO PIPPI¹

Resumo

No presente artigo pretendo uma reflexão a respeito do confronto entre a Igreja Católica e a Maçonaria no Rio Grande do Sul, no período da República Velha (1889-1930), partindo da proposta de criação de escolas leigas em oposição aos colégios católicos. Essa reflexão demonstra que ambas as instituições, a partir da segunda metade do século XIX, sofrem mudanças de orientação. A Igreja Católica torna-se ultramontana e busca recuperar seu espaço na sociedade. A Maçonaria, imbuída de idéias anticlericais e liberais, igualmente parte em busca de seu lugar nesta mesma sociedade, disputando espaços com a Igreja Católica. A educação, dentro desta proposta, constitui-se no terreno privilegiado de combate.

Palavras-chave: Igreja Católica, ensino leigo, Maçonaria

Abstract

In the present article I intend a reflection regarding the confrontation between the Catholic Church and the Masonry in the Rio Grande do Sul, in the period of the Old Republic (1889-1930), breaking of the proposal of creation of schools laypeople in opposition to the catholic colleges. This reflection demonstrates that both the institutions, from the second half of century XIX, suffer changes from orientation. The Catholic Church becomes ultramontane and search to recoup its space in the society. The Masonry, imbued of anticlerical and liberal ideas, equally part in search of its place in this same society, disputing spaces with the Catholic Church. The education, inside of this proposal, consisted in the privileged land of combat.

Keywords: Catholic Church, lay education, Masonry.

Introdução

O artigo aqui apresentado busca elucidar as transformações ocorridas, a partir da segunda metade do século XIX, na Igreja Católica e na Maçonaria, bem como ressaltar a oposição dessas duas instituições no campo educacional, mais especificamente na proposta de criação de escolas leigas pela Maçonaria, como forma de resistência a proliferação dos colégios católicos. Na verdade, essa oposição no plano do ensino reflete o atrito existente no período entre a Maçonaria e a Igreja Católica, principalmente no âmbito das idéias. Assim, a busca de espaços na sociedade brasileira e rio-grandense, dentro do objetivo a que se propõe o artigo, ocorrerá no terreno da educação.

A Igreja Católica no Brasil: romanização do catolicismo

A Igreja Católica no período imperial era a religião oficial do Brasil, desempenhando, além da função religiosa, a função de registrar os nascimentos, casamentos e óbitos, controlando os cemitérios e, em última instância, representando o Império em cada uma de suas paróquias. Em termos institucionais, a Igreja Católica neste período está muito mais vinculada ao Império, que paga os salários dos bispos e padres, do que ao Vaticano e ao Papa.

¹ Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. O presente artigo é resultado de trabalho orientado pelo Prof. Dr. Luiz Eugênio Vêncio.

No Brasil, a Igreja Católica, por sua vinculação ao Estado e por desempenhar as funções cartoriais, tem seu papel religioso pouco organizado. Também colaboravam para essa desorganização da Igreja o reduzido número de religiosos, a administração localizada em algumas poucas cidades, dificultando as visitas ao interior do país, a presença de um clero com má formação intelectual e moral, que não observava o celibato e participava das atividades políticas e econômicas. Segundo Wernet, "o exercício de outras atividades profissionais, o envolvimento político e a constituição de famílias são elementos estreitamente ligados entre si"² e que fragilizam o serviço religioso.

Estes fatores vinculam-se a forma de catolicismo dominante na época: o chamado catolicismo tradicional; um catolicismo lusobrasileiro baseado no regime do padroado, leigo, social e familiar, onde a formação e instrução religiosa era repassada no seio da própria família.

Esta forma de catolicismo começa a sofrer alterações a partir da segunda metade do século XIX, quando parte do clero é enviado para estudar em Roma e, no seu retorno, trazem consigo as preocupações e diretrizes de uma Igreja que se transforma e se prepara para implantar um modelo ultramontano de catolicismo. Essas novas diretrizes deslocam o centro de organização e catequese das famílias para os clérigos e bispos. A religião familiar é transplantada para o templo, as rezas para a missa e os sacramentos.

O catolicismo ultramontano, como ficou conhecida essa política de restauração católica, desenvolveu-se "sobre um plano duplo: tendência a reconhecer no Papa da Igreja, uma autoridade espiritual total e a reivindicação para a Igreja da independência a respeito do poder civil, e mesmo de um certo poder ao menos indireto sobre o Estado"³ e a supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal do Estado. Essa reor-

ganização que o episcopado começa a implantar tinha como princípio uma rígida organização hierárquica. Com o Papa ocupando a posição central na Igreja universal, o bispo na diocese e o padre na paróquia, o leigo ocuparia, segundo essa nova orientação, uma posição subalterna.⁴

Procura-se, desta forma, reorganizar a Igreja Católica segundo esses novos parâmetros. Os bispos reformadores, em sua esfera de ação, voltam-se para a disciplinarização do clero, sua formação intelectual e moral e a intensificação da pastoral junto aos fiéis.

É no período republicano, no entanto, que se cristalizará esse processo restauratório do catolicismo. Se por um lado a Igreja separou-se do Estado, perdendo a condição de religião oficial e tendo sido decretada entre, outras coisas, a liberdade de culto, por outro ela passa a ter total poder decisório sobre as questões eclesiais antes submetidas a aprovação do imperador. Essa liberdade resultará num estreitamento das relações com a Santa Sé, na criação de novas dioceses, na adoção de medidas de homogeneização do clero e dos fiéis, na criação de várias publicações, no estabelecimento de uma rede de escolas católicas pelo Brasil e imposição de novos padrões litúrgicos.

Igreja e Maçonaria no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, dentro desse mesmo contexto, a situação da Igreja Católica no século XIX era ainda pior do que no restante do Brasil, devido à formação histórica desta sociedade ser essencialmente militarista em decorrência das muitas guerras e revoluções, a tardia colonização portuguesa, o isolamento e abandono por parte da administração eclesial levando a adoção de práticas do catolicismo popular⁵, a distância da província do Rio de Janeiro – sede do bis-

² WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987, p.61.

³ WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987, p.178.

⁴ MARIN, Jerri Roberto. "Ora et Labora": o projeto de Restauração Católica na ex-colônia Silveira Martins, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993, p.36.

⁵ Como por exemplo rezas, benzeduras, promessas.

pado. Igualmente, o clero encontrava-se secularizado e em número reduzido, as igrejas estavam abandonadas e os sacramentos não eram considerados.

Colussi afirma que a nova fase do catolicismo no Rio Grande do Sul inicia-se com a criação da diocese de Porto Alegre em 1848⁶. Seu primeiro bispo, D. Feliciano José Rodrigues Prates, que tomou posse em 1853 e governou até 1858, se mostrava preocupado com questões de cunho reformador, como a secularização dos cemitérios e a falta de preparo do clero. Porém, será na gestão de D. Sebastião Dias Laranjeira (1861/88) e de D. Cláudio José Ponce de Leão (1890/1912) que as reformas na Igreja Católica começaram a tomar forma.

D. Sebastião Dias Laranjeira torna-se o representante de fato da política oficial do papado, combatendo o liberalismo e a Maçonaria. Para isso, estimula a criação de uma imprensa católica e a vinda de ordens estrangeiras para pregarem missões, ameaçando punir os católicos que não abjurassem da Maçonaria com a excomunhão e a negação de sepultamento.

D. Cláudio José Ponce de Leão dá continuidade ao trabalho de D. Sebastião na restauração católica no Rio Grande do Sul. Sua ação pastoral busca moralizar o clero – ainda bastante secularizado – reorganizar o seminário diocesano, intensificar o trabalho pastoral e sacramental, estimular a fundação de escolas católicas, incentivar a vinda de Ordens e Congregações religiosas européias, o que aumentou a força numérica do clero. Também desmembra sua diocese, criando a arquidiocese de Porto Alegre, com as dioceses de Santa Maria, Pelotas, Uruguaiana e Florianópolis⁷.

O sucessor de D. Cláudio, D. João Becker (1912/46), preserva e ao mesmo tempo, intensifica ainda mais o catolicismo na sociedade rio-grandense e, principalmente

no Brasil. Seu objetivo é a cristianização das elites, capazes de reconduzir a Igreja à condição de reconhecida e beneficiada do Estado, sendo a educação “o terreno no qual a Igreja procurará formar uma geração capaz de assumir suas causas”⁸.

D. João Becker aproveita-se do vazio na legislação do Rio Grande do Sul para criar uma rede de escolas católicas no Estado. Isso se tornou possível devido à constituição castilhistas de 1891, que definia a relação entre a educação e Estado nos moldes do Comtismo. Comte “acreditava no caráter neutro do ensino primário e ideológico do secundário. Como Comte pregava a abstenção do Estado frente a qualquer ideologia, a Constituição Rio-Grandense prescrevia que o ensino primário deveria, obrigatoriamente, ser oferecido a todos pelo poder público. Julgando Comte que o ensino secundário marcava-se por um cunho ideológico, o documento deixava à livre iniciativa particular a tarefa de geri-lo”⁹.

Esse movimento de crescimento da presença católica no Brasil não passa despercebido para a Maçonaria, que procura fazer oposição ao catolicismo. Uma das medidas propostas é justamente a criação de escolas leigas.

No século XIX, a Maçonaria, assim como a Igreja Católica, experimentará uma mudança de orientação. A expansão das maçonarias nacionais e a influência das maçonarias francesa e italiana, que adotam posicionamentos abertamente anticlericais, repercutem na Maçonaria brasileira, que desde os primórdios, sofreu influência da Maçonaria política e anticlerical¹⁰. A ordem maçônica, desta forma, aparece estreitamente vinculada com a divulgação e propaganda do laicismo e anticlericalismo.

No Rio Grande do Sul, devido à fragilidade da Igreja Católica, abriu-se espaço

⁶ COLUSSI, Eliane Lúcia. As relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica no RS na segunda metade do século XIX. In: *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p.377.

⁷ MARIN, Jerri Roberto. “Ora et Labora”: o projeto de Restauração Católica na ex-colônia Silveira Martins. 1993. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993, p.86.

⁸ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no RS - 1893/1928*. 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p.141.

⁹ ISAIA, Arraz César. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.71.

¹⁰ COLUSSI, Eliane Lúcia. As relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica no RS na segunda metade do século XIX. In: *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p.384.

aos grupos liberais e maçons na formação e divulgação de um pensamento laico, anticlerical e racionalista nos meios de políticos e de intelectuais liberais. Os maçons gozam de prestígio e influência em várias esferas da política e da vida social no Rio Grande do Sul.

Com a eclosão da chamada questão religiosa (1873/1875), a Igreja Católica no Brasil assume o confronto já existente na Europa contra a Maçonaria. A condenação dos bispos que obedecem às diretrizes papais tem raiz no contexto internacional da época.

Assim, quando os bispos brasileiros D. Vital de Oliveira e D. Antônio de Macedo e Costa seguem as orientações da Santa Sé contrárias ao regalismo praticado, punindo os sacerdotes maçons, interditando irmandades que tivessem membros pertencentes a Maçonaria, e também divulgando breves recebidos do Papa sem o beneplácito do Império, a questão se agrava.

Na verdade, para Colussi essa questão é reflexo do confronto entre as diferentes matrizes do pensamento brasileiro do século XIX e do início do século XX, representado, de um lado, pelo pensamento católico-conservador, e de outro, pelo liberal científico, que como foi visto, era defendido pela Maçonaria.¹¹

A partir da década de 1870, a Maçonaria constituiu-se num dos grupos que mais se mobilizou na luta pela secularização da sociedade. "Tentava, deste modo, impedir que o catolicismo institucional se fortalecesse e que obscurantismo religioso fosse vitorioso frente ao progresso e à ciência".¹²

A Maçonaria mobilizou-se na disputa de espaços contra a Igreja Católica, se utilizando, para isso, da imprensa, em constantes críticas ao 'jesuitismo'. A revista mensal "O Delta", órgão oficial do GORGS, que circulou entre 1916 e 1927, reflete essa posi-

ção. Segundo Vécio, "em praticamente todos os seus números, tem pelo menos um texto atacando o jesuitismo, a Igreja Católica e o próprio arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker"¹³. Ao lado da imprensa, aparecem também como espaços de ação da Maçonaria os meios culturais, a benemerência e o campo educacional.

A ofensiva maçônica contra as escolas católicas no Rio Grande do Sul

A preocupação com esse último quesito, a educação, levou a Maçonaria a buscar soluções práticas, já que era patente a fragilidade do modelo educacional e o pequeno alcance do ensino na sociedade. Além disso, tornava-se crescente a influência da Igreja Católica no âmbito educacional. Era preciso, pois, combater o ultramontanismo nos espaços sociais onde ele se manifestava com maior intensidade.¹⁴

Em termos nacionais, a partir de 1870, observa-se as primeiras iniciativas concretas nesse campo, que levariam à criação de escolas maçônicas no início do século XX. No Rio Grande do Sul, bem antes disso, são desenvolvidas estratégias visando à ocupação de espaços e influências no campo educacional. A Maçonaria, através de seus representantes no parlamento, combate à obrigatoriedade do ensino religioso e defende a liberdade de crença. Isso provoca reação dos deputados ligados a Igreja, que deseja incluir o ensino religioso em todas as escolas.

A iniciação de professores nos quadros maçônicos também constituiu-se num meio de influenciar na formação laica. Estes, até então, não faziam parte da ordem, já que não dispunham de recursos financeiros suficientes para o pagamento das despesas exigidas de filiação. Outra medida que denota a oposição a Igreja é a orientação de que os maçons não deveriam matricular seus filhos em es-

¹¹ COLUSSI, Eliane Lúcia. As relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica no RS na segunda metade do século XIX. In: *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p.365.

¹² COLUSSI, Eliane Lúcia. As relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica no RS na segunda metade do século XIX. In: *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p.369.

¹³ VÉCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no RS - 1893/1928*. 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p.157.

¹⁴ COLUSSI, Eliane Lúcia. As relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica no RS na segunda metade do século XIX. In: *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p.438.

colas católicas, uma vez que isso fragilizava e dividia as famílias, pois, nas escolas católicas a Maçonaria era apresentada como o maior inimigo da fé.

A expansão das iniciativas de criação de escolas maçônicas deu-se após a Proclamação da República. As transformações ocorridas, como a separação Estado-Igreja e a secularização do ensino, confirmam a vitória inicial dos liberais e dos defensores da secularização da sociedade.¹⁵

A resposta da Igreja Católica à secularização da sociedade preconizada pela constituição de 1891 foi a organização de um crescente número de escolas católicas. No Rio Grande do Sul, esta ação é ainda mais intensa, uma vez que os imigrantes europeus, principalmente italianos, priorizam a educação e buscam na Igreja o auxílio para a instalação de escolas junto às áreas de colonização.

D. João Becker, valendo-se do espaço da legislação positivista vigente, busca e consegue apoio do governo de Borges de Medeiros para favorecer a instalação de muitas escolas católicas na região colonial.

A chegada de ordens e congregações religiosas, com experiência e infra-estrutura inicial, contribuiu igualmente para o crescimento das escolas católicas no Rio Grande do Sul.

A Maçonaria por sua vez, preocupada com o crescimento vertiginoso das escolas católicas no Brasil e mais especificamente no Rio Grande do Sul, procura contra atacar em duas frentes denunciando o perigo que as escolas católicas representavam à liberdade de pensamento e à formação racional das crianças, e através da proposta de criação de escolas maçônicas que pudessem garantir os pressupostos liberais defendidos pela Maçonaria.

No Rio Grande do Sul, existem várias tentativas de implantação dessas escolas. A maioria fracassou por falta de estrutura e de recursos humanos e financeiros, já que tais escolas eram em grande parte, dirigidas à

classe trabalhadora. No entanto, duas exceções que alcançaram sucesso podem ser apresentadas. É o caso do Ginásio Pelotense em Pelotas e do Colégio Luz e Ordem de Cacimbinhas.

A Igreja Católica, ao contrário da Maçonaria, investe na educação, não das classes populares, mas das elites. Busca, com isso, formar uma geração de leigos capaz de se antepor ao positivismo dominante e às demais correntes filosóficas que disputavam a juventude estudantil. A seu favor, conta um meio político que, na prática, não era anticlerical, já que tanto o PRR como a oposição maragata deixavam campo livre para seus filiados seguirem o curso ditado por suas convicções religiosas. Assim, "os elementos oriundos da oligarquia rio-grandense, ao absorverem e internalizarem a formação religiosa ministrada nos colégios católicos, permaneciam, ao mesmo tempo, integrando as hostes de uma das facções oligárquicas, sem atrito de nenhuma espécie."¹⁶

O relacionamento entre o castilhismo rio-grandense e o catolicismo, desta maneira, deu-se de modo harmonioso. O catolicismo era aceito como força legitimadora e capaz de colaborar com o acatamento social requerido para a vigência da ordem. Por outro lado, também a Igreja via com bons olhos uma experiência governamental baseada em princípios como a moralidade como norma administrativa, o apelo à ordem, o desdém à consulta popular como princípio legitimante, o antiliberalismo e, principalmente, o prestígio e a liberdade desfrutados pela religião no castilhismo.¹⁷

A conjugação de fatores como a orientação ultramontana, o apoio do Estado e os recursos disponíveis levaram à confirmação da posição da Igreja na sociedade rio-grandense e, posteriormente, na sociedade brasileira. Vence, assim, o projeto católico de cristianização social, apesar da oposição – ao menos retórica – da Maçonaria.

¹⁵ COLUSSI, Eliane Lôcia. As relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica no RS na segunda metade do século XIX. In: *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p.444.

¹⁶ ISAIA, Artur César. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.115.

¹⁷ ISAIA, Artur César. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.70.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi mostrar as transformações ocorridas em duas importantes instituições no período da República Velha: a Igreja Católica e a Maçonaria. Apesar de ser a religião oficial do Estado, a Igreja Católica no Brasil do século XIX não era uma instituição hierarquizada. Seu clero era numericamente insuficiente, com formação precária e conduta moral questionável; a administração central não atingia o interior do país, que acabou desenvolvendo práticas de catolicismo popular. A partir da segunda metade do século XIX, esse quadro de indiferentismo religioso começa a ser alterado no Brasil e no Rio Grande do Sul. A Igreja Católica, através de uma política de romanização ou restauração católica irá alterar o perfil da Igreja Mundial.

Com relação a Maçonaria, sua presença no Brasil foi marcada pela atuação na política e no campo do pensamento liberal e cientificista. Desta forma, se tornou defensora de idéias laicas e anticlericais.

Essas diferenças ideológicas e a busca por espaços na sociedade levam a um confronto duradouro entre Maçonaria e Igreja Católica no campo educacional. A Igreja amplia e constrói escolas católicas, garantindo nas crianças a perpetuação de suas posições. A Maçonaria, de outra parte, ataca duramente a educação conduzida por religiosos e defende, com veemência, o ensino leigo, fundando e patrocinando escolas. Contudo, apesar da oposição maçônica, prevalece o projeto católico de cristianização da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

COLUSSI, Eliane Lúcia. As luzes em terras gaúchas: Historiografia e História. In:

COLUSSI, Eliane Lúcia A maçonaria gaúcha no século XIX. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p.159/265.

_____. As relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. In: COLUSSI, Eliane Lúcia. A maçonaria gaúcha no século XIX. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p.363/455.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In:

ISAIA, Artur César. Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

MARIN, Jerri Roberto. "Ora et Labora": o projeto de Restauração Católica na ex-colônia Silveira Martins. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993,

VÊSCIO, Luiz Eugênio. O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no RS - 1893/1928. Santa Maria: ed. UFSM; Porto Alegre: ed. UFRGS, 2001.

WERNET, Augustin. A Igreja Paulista no século XIX. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Congregações femininas e o reavivamento religioso em fins do século XIX. In: WERNET, Augustin ...[et al]. Apóstolas no Brasil: 100 anos a serviço do Amor. Bauru, São Paulo: EDUSC, p.21 a 35, 1999.

Endereço da autora

Elisangela Stefanello Pippi
Rua Conrado Hoffmann, 610/406
97050-130 - Santa Maria, RS
elisangela_pippi@bol.com.br